



## **CÂMARA MUNICIPAL DE ARACAJU**

Essa sessão foi registrada através de notas taquigráficas do Setor de Taquigrafia e revisada pelo Setor de Revisão da Câmara Municipal de Aracaju

e-mail: [setortaquigrafiacma@gmail.com](mailto:setortaquigrafiacma@gmail.com)

### **9ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA CPI RELATIVA ÀS MULTAS DE TRÂNSITO ENTRE 2017 E 2024 DO DIA 30 DE OUTUBRO DE 2025**

(a ata desta Reunião está disponível em <https://www.aracaju.se.leg.br/processo-legislativo/atas-das-sessoes/2025/comissoes-parlamentares-de-inquerito/smtt-ata-da-9a-reuniao-ordinaria-30-10-2025.pdf/view>)

**PRESIDENTE: SARGENTO BYRON – MDB**

**RELATOR: PASTOR DIEGO – UNIÃO BRASIL**

**MEMBROS DA CPI PRESENTES:** Sargento Byron; Pastor Diego; Professora Sonia Meire; Fábio Meireles; Lúcio Flávio.

**PRESIDENTE SARGENTO BYRON – MDB**

Bom dia a todos. Sob a proteção de Deus e em nome do povo aracajuano, declaro aberta a 9ª Reunião, que apura os gastos com as multas dos anos de 2017 a 2024 pela Superintendência Municipal de Transporte e Trânsito de Aracaju. Solicito ao colega, vereador Pastor Diego, que faça a leitura da ata da reunião anterior.

**PASTOR DIEGO - UNIÃO BRASIL - RELATOR DA CPI DA SMTT**

Ata da 8ª Reunião Ordinária, Comissão Parlamentar de Inquérito, 44ª Legislatura, 20 de outubro de 2025. Sob a proteção de Deus e em nome do povo aracajuano, às 10h, no Plenário Vereador Abrahão Crispim, senhor presidente, vereador Sargento Byron Estrelas do Mar, declarou aberta a 8ª Reunião Ordinária da Comissão Parlamentar de Inquérito criada pelo Requerimento n.º 120/2025, instituída pelo ato n.º 16/2025, destinada a apurar fatos relacionados à Superintendência Municipal de Transporte e Trânsito de Aracaju. Presentes os membros Fábio Meireles, PDT; Lúcio

Flávio, PL; Pastor Diego, União Brasil; Professora Sonia Meire, PSOL e Sargento Byron Estrelas do Mar. Lida a ata, senhor presidente.

### **PRESIDENTE SARGENTO BYRON – MDB**

A ata se encontra em apreciação. Não havendo quem queira apreciá-la, ata aprovada. Antes de darmos início à leitura de um requerimento, que vamos aqui apreciar e pôr em votação, gostaria de fazer algumas considerações aos colegas vereadores que compõem essa Comissão Parlamentar de Inquérito. Estamos a pouco mais de 30 dias do término do prazo estipulado para a realização do relatório final, que dará, que ensejará a apuração final relativa aos gastos das multas dessa CPI. E, ao longo dos meses que estamos aqui trabalhando, temos buscado obter informações que nos auxiliem na formação de um conceito, de juízo, acerca dos gastos das despesas realizadas com essa rubrica específica oriunda das multas. Começo com essa fala porque, no início dos nossos trabalhos, alguns que não fazem parte da nossa Comissão tentaram dar à nossa atividade, à nossa atuação, a essa prerrogativa, um ar de politização. E nós temos buscado justamente dar a oportunidade de que se apresentem as documentações necessárias, com dilação de prazo, com todos os instrumentos administrativos que encontramos para que a gente tenha, nessa CPI, o objetivo alcançado, que é apresentar, diante de documentos, como foram realizadas as despesas com essa rubrica. Não tivemos reunião na última segunda-feira em virtude do feriado. E decidimos, deliberamos por ter essa reunião agora, que antecede a próxima CPI, por entender o exíguo prazo que está a se exaurir. Então, fizemos um requerimento, que vai ser apreciado pelos colegas vereadores, e eu acredito na importância da aprovação desse requerimento pelos colegas vereadores, por isso que eu fiz esse preâmbulo. Para que a sociedade, que não acompanha as nossas reuniões semanais, entenda a seriedade e o comprometimento que nós, vereadores, estamos tendo para que haja uma apuração séria, imparcial e técnica. Então, vou solicitar que o colega vereador, Pastor Diego, faça a leitura do requerimento que é de minha autoria, Requerimento n.º 19, que tem a ver com alguns outros requerimentos que nós aqui aprovamos com diversos autores. Esse requerimento engloba outros requerimentos que aqui foram aprovados e que, de certa forma, não foram respondidos da maneira adequada. Então, gostaria que o Pastor Diego lesse as considerações contidas nesse requerimento para que tanto os colegas vereadores, que acompanham de perto os trabalhos que estamos realizando, quanto a população de Aracaju entendam o nosso compromisso, para que nós possamos cumprir

com os prazos estipulados no instrumento aprovado aqui, que foi a CPI das multas no Município de Aracaju. Pastor Diego.

### **PASTOR DIEGO - UNIÃO BRASIL - RELATOR DA CPI DA SMTT**

Requerimento n.º 19/2025, de autoria do vereador Sargento Byron Estrelas do Mar. Excelentíssima Comissão, considerando a instalação de Comissão Parlamentar de Inquérito com a finalidade de investigar, ante a ausência de transparência, a aplicação dos recursos financeiros oriundos da arrecadação de R\$ 135.216.467,35, detectados em lançamentos no Portal da Transparência da SMTT de Aracaju, decorrentes do acumulado dos exercícios de 2017 a 2024. Considerando a existência de 18 requerimentos aprovados, até o momento, por esta Comissão Parlamentar de Inquérito, com vistas a requerer documentos e informações necessárias à investigação dos seus fatos ensejadores. Considerando que os dois requerimentos aprovados na Reunião Ordinária da Comissão Parlamentar de Inquérito, realizada no dia 22 de setembro do corrente ano, Requerimento n.º 10/2025 e Requerimento n.º 11/2025, os quais possuíam prazo de resposta até o dia 8 de outubro de 2025, porém, não foram respondidos tempestivamente. Considerando que, ainda que a Superintendência Municipal de Transporte e Trânsito de Aracaju tenha solicitado, no último dia do prazo, a prorrogação do prazo de resposta ao Requerimento n.º 10/2025, essa não se manifestou sobre o Requerimento n.º 11/2025. Considerando que esta Comissão, por intermédio do Ofício n.º 13/2025, acatou o pedido de prorrogação do prazo de resposta do Requerimento n.º 10/2025 e que, em nome do princípio da cooperação, também prorrogou o prazo de resposta do Requerimento n.º 11/2025, ainda não tenha se manifestado sobre este, fixando o dia 24 de outubro de 2025 como data limite para a resposta de ambos os requerimentos, que já passou. Considerando que os dois requerimentos aprovados na Reunião Ordinária da Comissão Parlamentar de Inquérito, realizada no dia 6 de outubro do corrente ano, Requerimento n.º 13/2025 e Requerimento n.º 14/2025, os quais possuíam prazo de resposta até dia 24 de outubro de 2025, não foram respondidos tempestivamente. Considerando que foram extemporâneas no dia 28 de outubro, esta comissão, de forma extemporânea no dia 28 de outubro, esta comissão recebeu a resposta parcial do Requerimento n.º 12/2025, o qual apontou informação e documentos comprobatórios da operacionalização da desvinculação orçamentária. Considerando que de forma extemporânea, no dia 28 de outubro, esta Comissão recebeu resposta parcial aos Requerimentos n.º 13/2025, n.º 14/2025, de modo que os contratos e demais

documentos comprobatórios do pagamento das despesas solicitadas não foram respondidos. Considerando que, até o momento, nenhuma resposta foi recebida em relação ao Requerimento n.º 11/2025, o qual solicitou informação sobre as contas bancárias da Superintendência e seus respectivos extratos, requeiro, na forma regimental e, após ouvir desta Comissão Parlamentar de Inquérito, com fundamento no artigo 50 da Constituição Federal e dos parágrafos 1º e 2º do artigo 101 da Lei Orgânica do Município de Aracaju e parágrafo 3º do artigo 50 do Regimento Interno desta Casa Legislativa, a convocação do senhor Nelson Felipe da Silva Filho, superintendente municipal de transporte e trânsitos, do senhor Carlos Alberto Xavier de Andrade, diretor administrativo e financeiro pretérito e da senhora Elizangela Santos de Jesus, atual diretora administrativa e financeira, para que prestem no dia 03 de novembro de 2025, às 9 horas, esclarecimentos sobre os reiterados descumprimentos de prazos e ausência de respostas aos requerimentos aprovados por esta Comissão Parlamentar de Inquérito. Palácio Graccho Cardoso, Aracaju/Sergipe, 30 de outubro de 2025. Autoria do presidente da Comissão, vereador Sargento Byron Virgílio dos Santos Silva. Lido, senhor presidente, o requerimento.

#### **PRESIDENTE SARGENTO BYRON – MDB**

Muito obrigado, vereador Pastor Diego. Antes de colocarmos em votação, eu peço para o colega Thiago que reserve o tempo de 5 minutos para que os colegas vereadores se manifestem diante do requerimento que está sendo apresentado; antes de a gente colocar em votação, para que, caso haja alguma dúvida, algum vereador se manifeste com relação ao que foi apresentado como justificativa/motivos para que ainda esse requerimento fosse feito, para que possamos apreciá-lo e votá-lo. Então, é interessante que, eu não sei... Eu gostaria que... Fabrício, eu queria que os vereadores que têm de posse, disponibilizado esse requerimento para que eles possam ver; o vereador Lúcio Flávio e a vereadora Sonia Meire, para entender. Eu sei que o vereador Diego leu de forma muito pausada, mas é interessante que essas considerações sejam feitas ponto a ponto, para que todos entendam os motivos que ensejaram esse último requerimento, certo? 5 minutos, o vereador Pastor Diego a contar.

#### **RELATOR PASTOR DIEGO – UNIÃO BRASIL – RELATOR DA CPI DA SMTT**

Senhor presidente, eu quero parabenizar o requerimento de Vossa Excelência. Já quero pedir a subscrição e dizer que conte com o meu voto favorável. É bem verdade

que nós temos levado essa Comissão Parlamentar de Inquérito com muita tranquilidade, respeitando os prazos legais, buscando trazer esclarecimento de todos os fatos à população aracajuana. Entretanto, nós tivemos recentemente algumas perdas de prazos em relação aos documentos solicitados, que são fundamentais para o andamento da Comissão e o encerramento de todo esse trabalho. É bem verdade que a gente fez a prorrogação do prazo e, mesmo na prorrogação, ainda assim, não recebemos nenhuma resposta e também não recebemos o esclarecimento devido. Então, é mais do que pertinente que haja essa convocação para que a gente possa esclarecer todos os pontos e a gente possa trazer a verdade real para a população aracajuana. Então, conte com o meu apoio. Parabéns pelo requerimento. Eu acredito que Nelson Felipe estará aqui de boa vontade para poder responder todas as demandas, como todos que foram convocados. E a nossa intenção é: nós não queremos medir forças entre os poderes, nós queremos trazer a verdade à população aracajuana e é isso que Vossa Excelência está pedindo de forma respeitosa, mas que a gente possa receber aqueles que estão sendo convocados para que a gente possa trazer todo o esclarecimento necessário e a gente possa dirimir toda dúvida ainda existente. Então, conte com o meu apoio, presidente.

**PRESIDENTE SARGENTO BYRON – MDB**

Ok. Mais algum vereador quer se manifestar antes de a gente colocar em votação? Vereador Lúcio Flávio. Depois, a vereadora Sonia Meire.

**LÚCIO FLÁVIO – PL – MEMBRO DA CPI DA SMTT**

Obrigado, senhor presidente. Eu acabei de revisar o requerimento de Vossa Excelência, respeito a vossa posição, enquanto presidente e enquanto guardião de prazos, mas eu quero que fique registrado, consigne em ata, que nós encaminhamos a nossa ida à SMTT, na nossa última reunião de colegiado. Fui com o técnico da Casa, acompanhou-me para tratar com os responsáveis por essas respostas. Detectado o entendimento difuso, divergente, aquilo que esta Comissão entendeu como resposta incompleta não era o entendimento da parte da SMTT como resposta incompleta; e nós os informamos que teríamos esta reunião na data de hoje, no encerramento da Sessão Ordinária da Câmara, e a informação que temos é que esses documentos já estão em trânsito para o encaminhamento a esta Comissão. Considerando que nossa reunião ordinária acontece em uma segunda-feira, normalmente; hoje não é segunda, hoje é quinta, eu quero só fazer o registro que o objetivo da nossa CPI é a informação. É necessariamente esse o objeto da nossa Comissão, a informação. E isso já ficou

garantido, apalavrado, já está sendo encaminhado com cópia, inclusive, para a Secretaria de Governo do Município, e no objetivo específico que existe aqui nesse requerimento, que é prestar esclarecimentos sobre o reiterado descumprimento de prazos e a ausência de respostas aos requerimentos aprovados por esta Comissão. Primeiro, não é ausência de respostas, é ausência de uma resposta de um requerimento. E o entendimento do descumprimento de respostas parciais, ele não está pacificado com o órgão. Então, o meu objetivo é: o órgão precisa melhorar nas respostas a esta Casa. Eu disse isso textualmente aos responsáveis. É necessário melhorar a comunicação, o rito e a qualidade das respostas. Isto ficou muito claro: o meu posicionamento. Porque nós não temos interesse em esconder nada do público, do cidadão e da Justiça em específico. Não há nosso interesse. Primeiro, que esta gestão não é alvo, a gestão atual não é alvo da CPI. Então, motivo nenhum haveria para óbice na informação. Apenas para deixar registrado também aqui dentro do meu tempo. Há uma dúvida e eles estão buscando esclarecer isso, se a separação das despesas vinculadas e não vinculadas, o técnico da Casa estava comigo acompanhando, há uma dúvida se o que é feito nesta gestão, da separação específica, contábil, se isto era feito no passado. Há uma dúvida, e aí sim, eu acho que, talvez, seja importante, na impossibilidade da atual gestão alcançar essa informação, acho que, talvez, seja relevante buscar de quem estava no exercício da função. Então, eu quero registrar só a minha posição em relação ao que nós havíamos acordado. Acordamos de ir lá, fui, levamos o servidor da Casa, conversamos com os servidores da SMTT, que se comprometeram trazer a resposta hoje pela manhã. Já os contactei agora pela manhã, tanto o superintendente quanto a equipe de diretoria, que confirmou que o material foi enviado, parece-me que também para a SEGOV. Pedi até para a equipe da Câmara confirmar isso. Não sei se já chegou, mas é apenas como registro que, se o que nós queremos é a informação, e possivelmente haja algumas dificuldades no alcance da informação da gestão passada e anterior, eu estou só fazendo uma espécie de ata do que nós tratamos ontem para participar aos demais colegas, que compõem essa Comissão: Sonia Meire, Fábio Meireles, o relator Pastor Diego; foi exatamente isso que aconteceu e isso que foi pactuado. Certamente a gente vai estar aprovando o requerimento aqui, em que as informações estarão chegando logo mais. É isso, senhor presidente, essa é a minha fala, manifestando apenas uma transparência e uma preocupação sobre os encaminhamentos que daremos logo mais.

**SARGENTO BYRON-MDB-PRESIDENTE DA CPI**

Com a palavra, a vareadora Professora Sonia Meire.

**PROFESSORA SONIA MEIRE - PSOL - MEMBRO DA CPI DA SMTT**

Bem, primeiro, fica caracterizada não só a ausência de respostas documental, pelo que foi solicitado, foi muito nítido o que foi solicitado, não há dúvida sobre o que está sendo solicitado, que são contratos, mas, mais que isso, são documentos comprobatórios do pagamento das despesas e extratos bancários. Se isso não chegou dentro do prazo, nós temos que recorrer aos instrumentos legais que nós temos. Foi considerado por esta Comissão que iria aguardar até hoje a resposta, e não chegou. Quero dizer que eu não tenho nenhum problema em escutar, de nós fazermos aqui a escuta das pessoas responsáveis hoje pela política pública. A política é impessoal, não tenho nenhum problema. Mas quero dizer que a CPI, para caminhar, ela precisa das informações concretas, dos dados confirmados pelos documentos oficiais. Então, eu espero que... Meu voto vai ser favorável à aprovação do requerimento, mas quero deixar explícito que, se essa documentação não chegar para que nós possamos analisar exatamente as informações necessárias, nós precisamos tomar outras providências, inclusive uma diligência ao setor. Não é possível que a gente fique parado sem poder avançar pela falta de informação. E aí eu questiono: qual é o problema? Há uma dificuldade para encontrar os documentos? Não foi dito isso. Os extratos bancários, inicialmente pensamos, foram solicitados ao banco? Em que período, em que data foram solicitados? Se foram solicitados anteriormente e o banco não forneceu, isso é um dado. Mas, se só foram solicitados recentemente, nós também não sabemos, nós não temos esse dado. Porque, se foram solicitados recentemente, aí é outra coisa. Isso nos indica a falta de atenção e de respeito com o nosso trabalho, que é aqui a CPI. Inicialmente, o presidente começou dizendo o tempo que nós temos para concluir essa CPI. E nós devemos concluí-la no prazo, porque nós já temos informações, mas, para chegar a um relatório objetivo e correto, nós precisamos dessas informações. E nós temos menos de 40 dias, ou em torno de 40 dias para encerrar essa CPI. E a gente não pode também submeter os técnicos que estão nos auxiliando na análise a fazer as coisas “a toque de caixa e repique de sino”, caso seja necessária uma diligência. Eu quero deixar explícito que a gente não vai se opor, mas eu espero que a resposta venha antes, inclusive da vinda deles a esta Casa, para que a gente possa, inclusive, aproveitar melhor esse momento para discutir a aplicação dos recursos e os contratos realizados. Porque é possível que muitos contratos desses, inclusive, continuem hoje com a SMTT dando

prosseguimento. Alguns que estão sendo questionados, executados ainda. Então, é muita responsabilidade. E a gente precisa. Não estou querendo transferir nenhuma análise para a gestão atual, mas isso pode acontecer. E a gente precisa ter informações até para não fazer julgamentos também equivocados não só na gestão anterior, mas para essa gestão atual. Então, eu queria aqui me manifestar, dizer da minha preocupação com esse tempo e da minha preocupação com o não retorno das informações, porque o superintendente, ele tem experiência. Não é a primeira vez que ele está assumindo a Superintendência de um órgão como a SMTT. Então, ele sabe o que nós estamos pedindo, ele sabe onde encontrar. Então, é necessário que tenha uma resposta objetiva sobre isso. É isso, e eu votarei favorável, com essas observações que eu fiz, respeitando o trabalho da Comissão, o nosso tempo e a nossa dedicação, e respeitando também, até demais, o tempo da administração para poder dar resposta. Quero deixar bem nítido isso. Nós estamos fazendo um trabalho que já passou até daquilo que havia previsto inicialmente, que são os prazos. Então, tem que ficar caracterizado que não houve o cumprimento do prazo tal qual foi solicitado, de tudo, e que a gente não pode esperar mais tempo. Obrigada.

#### **PRESIDENTE SARGENTO BYRON – MDB**

Com a palavra, o Excelentíssimo vereador Fábio Meireles.

#### **FÁBIO MEIRELES - PDT - MEMBRO DA CPI DA SMTT**

Obrigado, presidente. Eu e minhas coisas. Eu tenho um cuidado tremendo para ser, como todos nós, sendo bem honesto, sendo bem sincero com meu presidente Sargento Byron Estrelas do Mar, se não fosse por questões de duas situações: uma, que nós já estendemos o período de 15 dias para que a SMTT pudesse responder. Foram 15 dias, do dia 22 de setembro até o dia, se eu não me engano, dia 8. Depois disso não vieram as respostas, aí estendemos até o dia 24, para não sermos radicais. E não seríamos radicais. Estendemos até o dia 24. Não veio a resposta. Deliberamos anteontem, salvo engano. Nós deliberamos. Terça-feira não foi? Quinta-feira. Foi terça, não foi? Terça-feira. Para que o nosso colega de parlamento, Lúcio Flávio, juntamente com Fabrício, técnico, fossem lá. Eu não sei se foi assim ou se era com o Isac que ele ia lá, para trazer essa informação. E chega hoje e não vem. Eu estou fazendo esse relato porque nós somos muito sinceros e eu preciso ser sincero porque não é essa gestão atual que é alvo dos questionamentos. Sendo bem franco, não precisava nem dizer isso, isso é papel da base, eu sei que aqui não tem base, aqui é uma CPI, mas o alvo é aquele que

gerenciou 2017 a 2024. Mas nós só temos um pouco mais de 30 dias. Aí é onde eu começo a convergir totalmente, plenamente com o presidente Sargento Byron Estrelas do Mar. Nós só temos um pouco mais de 30 dias, e aí a gente percebe que, ou por má vontade, ou por dificuldade técnica, para não estar chamando ninguém de incompetente, ou dificuldade técnica para trazer documentações, que não é sobre a gestão de Emília Corrêa. Sendo bem franco, professora, que não é sobre a gestão de Emília Corrêa, é da gestão passada que foi eleita e reeleita, Edvaldo Nogueira, que está sendo questionada. E aí não chega. Só que nós, e aí é onde Vossa Excelência mais uma vez acerta, nós temos que dar resposta à população. E se chegar os 40 dias, Pastor Diego, aí nós temos que falar com a presidência para que a presidência possa prorrogar. Isso não existe. São documentos necessários, básicos, para inclusive chegarmos a um denominador comum, para encontrarmos o que foi que aconteceu. Para aí, aquilo que nós estávamos conversando, Pastor Diego, que inclusive fui contrário ao seu pensamento. Veja o cuidado que eu tenho. Quando Vossa Excelência colocou, informalmente, conversamos nós dois, “olha, fazer um documento para fulano, um para cicrano.” Eu disse “não, tenha calma. Vamos deixar chegar os documentos para que nós possamos deliberar. E, se for necessário, chamaremos”. Foi assim que nós conversamos. Mas, até então, não. É por isso que me constrange, Lúcio, de coração, em trazê-lo aqui. Mas, se faz necessário, porque, volto a dizer: ou é má vontade, falta de uma boa equipe técnica ou do conhecimento técnico do próprio superintendente. Aí nos remete, traz à memória alguns requerimentos que nós fizemos fora da CPI e colocamos alguns questionamentos para ele. E ele de uma forma, da forma própria de Nelson Felipe, não responde. Se “sim”, se “não”. Aí tem o requerimento, se não me engano, Requerimento n.º 10, que ele parcialmente responde, sabendo que se tinha um questionamento direto, franco. É preciso escrever o A mais B daquilo que é básico para todo mundo? Então, eu, de coração, somo-me, subscrevo inclusive o requerimento, mas não seria necessário isso se ele tivesse respondido. E deixo aqui para a população aracajuana, não estamos sendo radicais, está aqui o Pastor Diego, relator, presidente Byron, Professora Sonia, o próprio Lúcio Flávio está aqui, nós não utilizamos no prazo de 15 dias, que é o prazo regimental, prazo legal. Nós concedemos ainda até o prazo dia 24. Passado isso, não se tem resposta, vai o vice-líder da prefeita, que faz parte da Comissão, conversa com o Nelson, que diz: “Ok. amanhã pela manhã está em suas mãos”. Está aqui a sessão acontecendo da Comissão e não temos documentação. Então, concordo com Vossa Excelência, parabênizo Vossa Excelência, subscrevo o requerimento de Vossa

Excelência e que possamos ter. Agora, eu gostaria que somado a isso... Presidente, dê-me só alguns segundos, por gentileza, para concluir. Obrigado. Somado a isso, o que nós queremos é uma resposta efetiva, que dia 3 de novembro ele estará aqui juntamente com os dois técnicos que ele exonerou. Esses dois técnicos foram exonerados pela... O Xavier foi exonerado. É atual, perdão, desculpa, eu peço desculpa. O diretor do DAF atual é o que estava lá no DAF. Agora, somado a isso, a esse requerimento, já que estamos aprovando esse requerimento, poderíamos aprovar um requerimento para que formasse uma diligência até a SMTT, após a ouvida e escuta de Nelson Felipe, porque o que nós precisamos é da resposta técnica, prática, do papel, do documento. Nós precisamos acabar com isso. Então, somado ao requerimento, eu proponho que nós, após ouvir de Nelson Felipe, pudéssemos ir em diligência até a SMTT, conjuntamente com os nossos técnicos, técnicos da Casa.

#### **PRESIDENTE SARGENTO BYRON – MDB**

Antes de colocar em votação, eu vou fazer algumas considerações diretas com o que foi escrito no requerimento e peço vênha ao senhor, vereador Lúcio, para discordar do senhor, com total respeito ao senhor. Considerando que dois requerimentos aprovados na Reunião Ordinária da Comissão Parlamentar de Inquérito, realizada no dia 22 de setembro do corrente ano, Requerimento n.º 10/2025 e Requerimento n.º 11/2025, os quais possuíam prazo de resposta no dia 8 de outubro de 2025, prazo esse de 15 dias. O que nós solicitamos foi o envio de contratos, contas e extratos bancários. Os requerimentos, eles deveriam, com total respeito e responsabilidade, motivar a não entrega desses documentos. Extratos bancários e contas bancárias. Os extratos são de poder do banco. Então, esse requerimento teria que ser endereçado da Superintendência ao banco para que concedesse essas informações. Como pontuou a vereadora Sonia Meire, nós não tivemos nem acesso às datas em que seriam feitas as solicitações desses extratos bancários. Eu vou falar aqui uma palavra que é usada muito no Direito, que se chama desídia, que traz como significado desrespeito, falta de compromisso. E eu não quero acreditar que tenha sido isso. Outro ponto, vereador Lúcio, é que nós, mesmo sem obrigação, entendemos a complexidade e convencionamos pela dilação dos prazos para atendimento desses requerimentos. E eles continuaram sem ser respondidos, motivados. Eu falo com relação às contas, aos extratos bancários, aos contratos, porque informalmente nós não tivemos nenhuma justificativa plausível, nenhum comunicado que justificasse a ampliação, a dilação desse prazo. Tivemos também a necessidade de

entender a desvinculação dessas receitas, que são aplicadas, operacionalizadas por software contábil, que nós também não tivemos essas informações. Então, quando o senhor traz aqui que não encontra nenhum óbice, e realmente o senhor foi; e eu, enquanto presidente, agradeço a boa vontade do senhor, assim como todos os colegas, de não estarmos dando um ar de politização, de oposição, de situação, para apuração desses fatos; a responsabilidade não é do senhor do encaminhamento desses documentos. E os documentos são relativos a uma gestão anterior. Até para que a gente não desse politização, nós não permitimos, por exemplo, que fosse feita a ampliação do objeto dessa CPI. Então, a convocação do Excelentíssimo senhor superintendente é em virtude de atitudes que foram realizadas pela atual gestão da SMTT. A ideia é que essas informações possam consolidar o entendimento tanto dos técnicos que nos acompanham, vereador Lúcio, quanto do relator que vai ser responsável pela concatenação de toda a documentação e realizar o relatório final. Então, nesse momento, eu entendo, como vereador e membro dessa CPI, pela necessidade da aprovação desse requerimento, mas eu tenho um voto, que é o meu. E essas considerações todas aqui são os motivos pelos quais eu apresento a necessidade da aprovação desse requerimento. Foi-nos prometido que esses documentos seriam entregues no prazo que sofreu a dilação. E não foi cumprido. Então, por mais de 30 dias nós não temos uma resposta de um, pelo menos um desses requerimentos, que são de fundamental importância. Sabemos, vereador Fábio, que há transferências internas entre contas da prefeitura com essa rubrica. E nós só vamos saber se essas transferências estão dentro da desvinculação de receita se houver oportunidade de analisarmos tanto o sistema contábil e de gestão quanto os extratos bancários. Como falou a professora Sonia Meira, nós não queremos sobrecarregar, já que os técnicos dessa Casa estão se debruçando sobre duas Comissões Parlamentares de Inquérito, para que a gente tenha a necessidade de pedir prorrogação dessa CPI. Então, eu vou encaminhar pela aprovação desse requerimento e, não sendo apresentados esses contratos até a segunda-feira, eu vou fazer um requerimento aqui, Fabrício, oral, a gente põe a termo. E, antes do final dessa reunião, eu quero que a gente coloque em votação para que, não apresentada na segunda-feira a documentação que o vereador Lúcio afirma já ter sido encaminhada, mas que nós não temos conhecimento aqui do protocolo, diligenciarmos presencialmente na Superintendência Municipal de Transporte e Trânsito após a reunião de segunda-feira. Então, esse requerimento nós vamos pôr a termo agora. Eu queria que o senhor colocasse a termo esse outro requerimento, que, na ausência da documentação

na próxima reunião, que nós protocolamos nesse requerimento, nós possamos sair daqui, ao término da reunião de segunda-feira, e diligenciarmos presencialmente na Superintendência Municipal de Transporte e Trânsito. Certo? O requerimento se encontra em votação. Justificar o voto, vereador Fábio?

**FÁBIO MEIRELES – PDT – MEMBRO DA CPI DA SMTT**

Justifico o meu voto favorável, senhor presidente. Só querendo um esclarecimento, por mais que Vossa Excelência tenha sido bem claro aí. Caso na segunda-feira não cheguem as respostas dos dois requerimentos, não é isso? Requerimento n.º 10 e Requerimento n.º 12. É isso? Não. Requerimento n.º 10 e Requerimento n.º 11. Desculpe. É isso, não é? São dois requerimentos, chegou um parcialmente.

**PRESIDENTE SARGENTO BYRON – MDB**

O 11 sem resposta, vereador Fábio. O 13 e o 14 foram parciais porque não chegaram, por exemplo, os contratos que nós exigimos e também não tivemos acesso ao sistema contábil e de gestão. Três parciais, Fabrício? 13 e 14 são os contratos. O 11 que são os extratos e contas bancárias, que a SMTT recebeu esses recursos. Então, continue o voto de Vossa Excelência, vereador Fábio.

**FÁBIO MEIRELES – PDT – MEMBRO DA CPI DA SMTT**

Voto favorável, presidente.

**PRESIDENTE SARGENTO BYRON – MDB**

Voto favorável. Vereadora Sonia Meire.

**PROFESSORA SÔNIA MEIRE – PSOL – MEMBRO DA CPI DA SMTT**

Voto favorável. E, para justificar o voto, eu entendo a importância desse ato que nós estamos, desse gesto que estamos fazendo aqui hoje. E será importante, caso a documentação chegue antes da presença das pessoas convocadas a esta Casa, que a gente faça uma reunião para analisar e poder fazer uma melhor discussão e intervenção aqui publicamente. Obrigada.

**PRESIDENTE SARGENTO BYRON – MDB**

Vereador Lúcio.

**LÚCIO FLÁVIO - PL – MEMBRO DA CPI DA SMTT**

Senhor presidente, eu quero deixar registrado e consignar aqui o meu voto de confiança que o documento fora enviado no prazo combinado, apesar de não termos tido acesso aqui. Considerando que, na confiança que eu tenho com os técnicos com quem conversei, inclusive agora de manhã, considerando que eles foram, sim, realmente enviados, eu quero consignar aqui o meu encaminhamento ao voto contrário. Contudo, não se confirmando isso, eu quero já antecipar o meu voto de segunda-feira, que votarei favorável no outro requerimento que Vossa Excelência fez a termo na manhã de hoje.

**PRESIDENTE SARGENTO BYRON – MDB**

Relator.

**PASTOR DIEGO – UNIÃO BRASIL – RELATOR DA CPI DA SMTT**

Eu sigo o encaminhamento de Vossa Excelência. Voto favorável ao requerimento de Vossa Excelência.

**PRESIDENTE SARGENTO BYRON – MDB**

Ok. A gente aqui, o vereador Lúcio, o vereador Fábio, buscamos a impessoalidade, vereador Lúcio, e a imparcialidade. Eu sei que o senhor também tem buscado colaborar com toda a garra, com toda a boa vontade, e é justamente isso, por não ter chegado. A gente sabe que tem um meio físico que também poderia ter sido encaminhado, justificando a necessidade, a urgência. E, infelizmente, eu digo que o compromisso, porque na verdade a gente encaminhou para meio-dia que esses documentos aqui chegassem. E eles não chegaram. Não descredibilizando a questão do envio, mas tecnicamente nós não temos acesso novamente a um prazo que foi estipulado. Então, com toda a paciência, com toda a parcimônia mesmo, a gente faz essas deliberações. Então, eu queria colocar aqui em votação o requerimento oral que vai ser posto a termo para que... Ainda vou, ainda vou, Roberto. Obrigado, Roberto. A gente vai colocar primeiro, falta eu emitir meu voto, mas eu já fiz as considerações. Eu voto favorável ao requerimento, que é de minha autoria, pela necessidade, urgência e pela intempestividade das respostas que, de forma parcial, foram feitas. Então, o requerimento, com meu voto, aprovado. Eu coloco agora o requerimento que fala sobre: na ausência do recebimento das documentações até a próxima reunião, que se dará na segunda-feira, horário regimental das nossas reuniões, aprovemos pela diligência presencial à Superintendência Municipal de Transporte e Trânsito, para que tenhamos acesso ao sistema de gestão contábil e financeira da SMTT, para que entendamos os

gastos desvinculados que vão nos ajudar a realizar o relatório final dessa CPI. O requerimento está em discussão. O requerimento se encontra em votação. Aqueles que concordam permaneçam como estão. Aprovado. Mais alguma consideração dos colegas vereadores para que a gente possa dar encerramento à nossa 9ª Reunião da Comissão Parlamentar de Inquérito? Vereador Pastor Diego, o relator. Vereador Lúcio. Fábio. Sonia Meire. Então, declaramos, convocamos para uma próxima reunião, na próxima segunda-feira, às nove horas, deixando como sugestão que estejamos aqui, às oito horas, para podermos discutir sobre a documentação, que aqui foi afirmado, que estará de posse dos vereadores. Ok? Então, declaro encerrada a presente reunião, convocando para a próxima segunda-feira, às 9 horas, no plenário, mas às 8 horas na presidência dessa Casa. Boa tarde a todos!

**[REUNIÃO ENCERRADA]**

*Texto revisado por Sílvia Souza Santos Vasconcelos.*